



4º Encontro Internacional de Política Social

11º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social

Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Pobreza e desigualdades no capitalismo contemporâneo.

ENFRENTAMENTO DA POBREZA E GESTÃO DA BARBÁRIE NA CONTEMPORANEIDADE

Raquel Mota Mascarenhas¹

Resumo

O artigo reflete sobre a relação entre a *estratégia hegemônica de enfrentamento da pobreza* e a *gestão da crise orgânica do capital* na contemporaneidade, a partir de dois elementos. O primeiro refere-se aos fundamentos teórico-metodológicos que sustentam os conceitos de pobreza e de pobre imperantes no agir intelectual do Banco Mundial e, o segundo, diz respeito ao conceito marxista de *barbárie*.

Palavras-chave: Barbárie. Capitalismo. Pobres. Pobreza.

TACKLING POVERTY AND MANAGE BARBARISM IN CONTEMPORARY

Abstract

This article reflect relationship between hegemonic strategy tackling poverty and manage organic crisis capital in contemporary society, from two elements. The first refers theoretical and methodological concepts foundations poverty and poor prevailing intellectual act the World Bank, and, the second, relates barbarism marxist concept.

Keywords: Barbarism. Capitalism. Poor. Poverty.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo central do capitalismo, de produzir valor novo², se dá em detrimento da emancipação humana, conforme expõe Marx em *O capital*, através da *lei geral da acumulação capitalista* (MARX, 1989). Entretanto, a reprodução do capital está imersa em autocontradições, expressa na *lei da queda tendencial da taxa de lucro*, que alterna ondas longas expansivas com ondas longas depressivas da taxa de lucro (MANDEL, 1990).

O amadurecimento do capitalismo culmina na fase imperialista, iniciado no final do século XIX, cuja característica central é o aprofundamento da concentração e da centralização de capitais, via a consolidação dos monopólios (LENIN, 1985). Essa fase

¹ Mestre em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo e Professora Assistente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: <quel_masc@hotmail.com>.

² O *objetivo central* do capitalismo é explicitado por Marx (2008) com base na reprodução do capital, expressa no movimento $D - M (...P...) - D'$.

se delineou nas etapas clássica, “anos de ouro” e, atualmente, contemporânea. Essa última, iniciada pela crise orgânica no final do século XX, particulariza-se pelo aumento da composição orgânica do capital, nos marcos da terceira revolução tecnológica (MANDEL, 1990).

Diante a dimensão global da crise da década de 1970, se dá a estratégia de “restauração do capital” (BRAGA, 2001) em três pilares centrais: i) ataque aos movimentos de trabalhadores organizados, via medidas legais restritivas e redução da intervenção social do Estado, norteadas pelo *neoliberalismo*³ (HARVEY, 2008, 2011), ii) desterritorialização e reestruturação da produção, baseada na *acumulação flexível*⁴ (HARVEY, 2011); e iii) reordenamento da economia mundial, ocasionando a consolidação da *mundialização do capital*⁵ (CHESNAYS, 1996). Esse processo de restauração ocasionou o aprofundamento das expressões da “questão social” (IAMAMOTO, 2007), dentre elas o aumento da massa de desempregados, que passaram a competir por emprego e por salários, em um mercado de trabalho internacionalmente regulado (GOLDSTEIN, 2008), e a generalização do empobrecimento⁶, culminando na “globalização da pobreza” (CHOSSUDOVSKY, 1999). Isso porque, a “questão social” é diretamente relacionada à *lei geral da acumulação capitalista*, tendo sua gênese na dimensão infraestrutural e se expressa na dimensão superestrutural, ganhando materialidade na ação política das classes (NETTO, 2001, IAMAMOTO, 2001).

O aprofundamento da pobreza em âmbito mundial, e não apenas nos países periféricos do capitalismo (CHOSSUDOVSKY, 1999; GOLDSTEIN, 2008), reavivou a preocupação em gerir o potencial de questionamento da classe trabalhadora⁷ diante a

³ Neoliberalismo é a teoria que afirma “[...] que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (HARVEY, 2011, p.12).

⁴ A “[...] *acumulação flexível*, [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. [...] (HARVEY, 2011, p. 140).

⁵ A mundialização é resultado de dois processos: “O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980” (CHESNAIS, 1996, p. 34).

⁶ Consideramos a pobreza enquanto uma expressão da “questão social” e não como sinônimo desta. Como destaca Soto (2003) e Silva (2010), a pobreza é uma condição de restrição das necessidades básicas, mas também refere-se ao processo amplo de dicotomia entre a geração da riqueza social e de empobrecimento.

⁷ Alguns exemplos de levante popular: manifestações em Caracas, em 1989, que eclodiram após o aumento de 200% no preço do pão; manifestações dos jovens desempregados em Tunis, em 1984, devido ao aumento dos preços dos alimentos; fechamento de seis universidades na Nigéria, em 1989,

suas condições de vida. Assim, as ações para o enfrentamento da pobreza consistem em formulação e execução de políticas sociais, constituídas de múltiplas causalidades – histórica, econômica, política e cultural – e de múltiplas funcionalidades – favorecer o capital ou a classe trabalhadora, a depender da correlação de forças estabelecida em cada situação concreta (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

Nesse sentido, Mauriel (2008) discorre que a “internacionalização do combate à pobreza” – expressão cunhada pela autora – promulga a articulação internacional de ações para o enfrentamento da pobreza, a partir da década de 1980, no contexto de retração do Estado de Bem-Estar Social, sob o julgo do neoliberalismo, e início do desmantelamento da URSS. Ou seja, esse processo “[...] expressa mais um conjunto de iniciativas orquestradas internacionalmente pelas organizações econômicas multilaterais do que um grupo de mecanismos pontuais de enfrentamento da questão social concebidos separadamente em escala nacional” (MAURIEL, 2009, p. 64).

Mas quais as particularidades da relação entre a “internacionalização do combate à pobreza” e o “atual estágio de *sobrevida* do capitalismo”? Diante a essa indagação, essa artigo pretende discutir as mediações entre essas variáveis, considerando dois elementos. O primeiro refere-se aos fundamentos teórico-metodológicos que sustentam os conceitos de pobreza e de pobre imperantes no *agir intelectual* do Banco Mundial⁸, considerando a análise dos *World Development Reports de 1990 (A pobreza)* e de 2000-2001 (*Luta contra a pobreza*), desenvolvida por Ugá (2008). O segundo diz respeito ao conceito de *barbárie*, sistematizado por Menegat (2000; 2001; 2004; 2005; 2007; 2011) a partir do estudo das produções teóricas marxistas.

2 OS WORLD DEVELOPMENT REPORTS DO BANCO MUNDIAL: os fundamentos teórico-metodológicos da estratégia hegemônica de erradicação da pobreza da contemporaneidade

A reconfiguração dos organismos multilaterais, na cena contemporânea, é decorrente das novas necessidades do capital, mas, também, da pressão política exercida pelos levantes populares. Isto é, como aponta Maranhão (2009), a guinada teórico-

após manifestações estudantis contra reformas de ajuste estrutural do Estado, orientadas pelo FMI, etc. (CHOSSUDOVSKY, 1999).

⁸ Dentre as análises feitas por Ugá (2008) – BM, PNUD e OIT –, optamos em abordar o BM, por entender que exerce maior influência mundial na modulação das políticas sociais, considerando o montante de investimentos em pesquisa e a vinculação das ideias aos empréstimos efetivados, como afirma Mauriel (2008).

metodológica do Banco Mundial em relação aos países latinos é consequência da luta política aberta, num contexto de “desastre social” (SOARES, 2003)⁹.

O enfrentamento da “questão social”, entretanto, é reduzido à pobreza, conforme afirma Ugá (2008), que analisa os *World Development Reports* dos anos de 1990 (*A pobreza*) e de 2000-2001 (*Luta contra a pobreza*). Ela expõe que, até os anos 1980, a “questão social”, na América Latina, era problematizada a partir da “teoria da marginalidade”,¹⁰ e que, atualmente, o discurso predominante é o “combate a pobreza”.¹¹ Em consequência, reconfigurou-se as formas de enfrentamento a “questão social” em três eixos: a) definições de conceitos para a pobreza feita pelos organismos internacionais; b) estabelecimento do entendimento das causas da pobreza; c) recomendações de políticas para combater e solucionar a pobreza (UGÁ, 2008).

Ugá (2008) apreende do *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* de 1990 que a pobreza é a “[...] incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo [...]”, que consiste em suprimento nutricional mais um conjunto de necessidades básicas, que provem a participação na vida social. Portanto, é via a aferição de renda mínima que se institui, no caso do Banco Mundial, uma linha de pobreza¹² – específica para cada país ou região. Em suma, afirma Ugá (2008, 132) que “[...] a definição de pobreza é, em 1990, baseada em critérios monetários (renda)”. Além disso, a autora (UGÁ, 2008) alerta para a ideia de “incapacidade” para explicitar as causas da pobreza, em que a insuficiência de renda é consequência da falta de ativos e de oportunidades, sendo que a primeira dessas faltas leva à segunda. Os ativos são entendidos como “capital humano”, no contexto urbano, e “acesso à terra”, no contexto rural, e sua ausência é vista como obstáculo direto ao acesso dos indivíduos às oportunidades e, assim, a obtenção de renda.

⁹ O “desastre social” remete ao aprofundamento das desigualdades sociais após a reestruturação produtiva, que reduziu postos de trabalho, e aos “programas de ajuste estrutural neoliberais”, que reduziu os gastos estatal com políticas sociais (SOARES, 2003).

¹⁰ A teoria da marginalidade consiste na ideia de que determinado território estaria desajustado/subdesenvolvido somente até alcançar seu desenvolvimento, em termos de urbanização e industrialização (UGÁ, 2008).

¹¹ “Embora o discurso do ‘combate à pobreza’ seja voltado muitas vezes para o ‘mundo inteiro’, seus principais receptores são os países periféricos” (UGÁ, 2008, p. 119).

¹² O Banco mundial propõe a “mensuração da pobreza” – total de indivíduos que não alcançam uma renda mínima, que “[...] varia entre US\$ 275 e US\$ 370 por pessoa por ano, ou seja, em torno de um dólar por dia por pessoa” (UGÁ, 2008, p. 132) –; e o “hiato de pobreza” – mensura quanto os pobres estão abaixo da linha da pobreza, calculando quanto de riqueza é necessário para que supere a linha de pobreza (UGÁ, 2008, p. 132).

A “teoria do capital humano”, de Theodore Schultz (1973), concede sustentação teórica ao *Relatório de 1990*. Ele afirma que o homem pode ser um obstáculo ao desenvolvimento econômico, se não possuir capital humano necessário, logo a superação da desigualdade de renda está no investimento em capital humano, e, não, em capitais externos – estrutura, equipamento, bens e mercadorias. Shultz (1973) defende a tese do acúmulo de “capital humano” enquanto elemento determinante para as condições de vida do indivíduo, pois “[...] os trabalhadores se transformaram em capitalistas [...] pela aquisição de conhecimento e de capacidades que possuem valor econômico” (SHULTZ, 1973, p. 35). Para o autor, “[...] a característica distinta do capital humano é a de que é ele parte do homem” (SHULTZ, 1973, p. 53), sendo, portanto, um investimento em si próprio. Assim, dentre os principais investimentos¹³ a serem feitos, Shultz (1973, p. 79) elege um central, e propõe “[...] tratar a educação como um investimento e tratar suas consequências como uma forma de capital”.

Diante o exposto, em última análise no *Relatório de 1990* do Banco Mundial, o pobre é visto como o responsável por sua própria condição de pobreza. Ele é visto

[...] por um lado, como aquele que não tem renda suficiente para estar acima da ‘linha de pobreza’ (critérios monetários determinado [sic] por um determinado padrão de consumo) e, por outro, como aquele que não tem ‘ativos’ suficientes que lhes criem oportunidades para conseguir auferir aquela renda suficiente para ultrapassar a ‘linha’ [de pobreza] [sic] (UGÁ, 2008, p. 134).

Essa concepção de pobreza e de pobre será modificada no *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* de 2000-2001. Continua a se pensar a pobreza tendo como base a renda, no entanto, a pobreza passa a ser vista como fenômeno multidimensional e considerada uma “privação acentuada de bem-estar”, conceituada em de três eixos:

(i) falta de renda e recursos para atender necessidades básicas, incluindo níveis aceitáveis de educação e saúde; (ii) falta de voz e de poder nas instituições estatais e na sociedade; (iii) vulnerabilidade a choques adversos e exposição a riscos, combinados com uma incapacidade de enfrentá-los (UGÁ, 2008, p. 135).

Apesar das mudanças, o Banco Mundial ratifica a pobreza como consequência de decisões individuais que culminam na não obtenção de recursos e rendimento suficientes (UGÁ, 2008). Consequentemente, o indivíduo pobre é aquele que não possui

¹³ Os investimentos considerados pelo autor estão dispostos em cinco categorias de maior importância: i) saúde e serviços (dentre eles, habitação e alimentação), ii) treinamento realizado no local do emprego, iii) educação formal, iv) estudo para adultos e v) migração em busca de oportunidade de emprego (SHULTZ, 1973).

ativos, logo, não possui rendimentos e, sendo responsabilizado por sua condição, é visto como um não sujeito, sem recurso, sem influência, sem voz, sem poder.

Desse modo, as causas da pobreza, no *Relatório* de 2000-2001, são remetidas à quantidade de recursos (ativos) de que dispõe um indivíduo, aos rendimentos (ou produtividade) que eles lhe possibilitam e à volatilidade dos rendimentos. Os recursos podem ser: i) humanos: capacidade de trabalho, aptidão e saúde, ii) naturais: terra, iii) físicos: acesso à infraestrutura, iv) financeiros: crédito e poupança, v) sociais: rede de contatos, de solidariedade e de influência política (UGÁ, 2008).

A origem dessa concepção teórico-metodológica de pobreza e pobre advém, principalmente, de dois autores: Coleman (2000) e Sen (2000) (MAURIEL, 2008; UGÁ, 2008). Acerca do conceito de *capital social*, desenvolvidas por James Coleman, apresenta-se em três tipos: o unificador, referente aos fortes vínculos entre familiares, vizinhos, amigos e parceiros nos negócios; o conectivo, concernente aos fracos vínculos entre indivíduos de diferentes antecedentes étnicos e profissionais, implicando relações horizontais entre pessoas com poder econômico e político semelhante; e, o vinculador, que tange às relações verticais entre pobres e indivíduos influentes nas organizações formais. Ou seja, trata-se o capital social de um conjunto de recursos presentes nas relações sociais de que o indivíduo participa e que possibilitam a ampliação de suas oportunidades – principalmente, a de auferir renda. O autor defende, portanto, que o *capital social* influencia diretamente a mobilidade social do pobre, reduzindo, assim, sua vulnerabilidade (COLEMAN, 2000).

Em relação a Amartya Sen, destacamos que o autor considera o homem em sua condição de *agente*, sendo responsável por sua situação social e por seu *bem-estar*,¹⁴ mas adverte que “responsabilidade *requer* liberdade” (SEN, 2000, p. 322). A *liberdade* é um conceito central no trabalho do autor, visto que, para ele, “[...] a expansão da liberdade é considerada (1) *o fim primordial* e (2) *o principal meio* do desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 52).¹⁵ É através da expansão da *liberdade* que o

¹⁴ Para Sen (2000), o *bem-estar* consiste nas *capacidades* de que dispõe um indivíduo para efetivamente ter acesso ao estilo de vida que ele valoriza.

¹⁵ O *fim primordial do desenvolvimento*, para o autor, é o papel constitutivo da *liberdade*, isto é, refere-se “[...] à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana” (SEN, 2000, p. 52). As liberdades substantivas são “[...] capacidades elementares, como ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc.” (SEN, 2000, p. 52). O *principal meio do desenvolvimento* é o papel instrumental da *liberdade*, que “[...] concerne ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intulamentos [*entitlements*]

homem pode exercer sua condição de *agente*, necessária para ampliar seus *funcionamentos* através da aquisição de *capacidades*,¹⁶ um tipo de *liberdade substantiva*. Assim, a *capacidade* é promovida pela expansão das liberdades, e, portanto, entende-se “[...] a pobreza como uma privação de capacidades básicas e não apenas como baixa renda” (SEN, 2000, p. 35). A pobreza, portanto, é efeito da privação de *liberdade*, que leva, por sua vez, à ausência de *capacidades*, e o pobre é redescoberto como indivíduo “portador” da pobreza, pois lhe falta a *capacidade* de garantir seu *bem-estar* (SEN, 2000). Diante disso, para o autor o papel do Estado restringe-se à “prevenção e eliminação” da pobreza através i) da eficiência dos mecanismos de mercado e ii) da promoção de oportunidades sociais via bens públicos¹⁷.

Desse modo, entendemos que Sen (2000) define o pobre a partir do “pressuposto da falta”, da “[...] negatividade, como o avesso do que deveria ser” (SARTI, 2005, p. 36). Portanto, os pobres não são pensados a partir de sua “positividade concreta” (como são, como vivem, como agem, como pensam etc.), “[...] a partir da qual se define o horizonte de sua atuação no mundo social e a possibilidade de transposição dessa atuação para o plano propriamente político” (SARTI, 2005, p. 36). Pelo contrário, são pensados a partir do que lhes falta, do que não têm. Deixar de ser pobre é superar esse “vazio”.

Voltando aos *World Development Reports* dos anos de 1990 e de 2000-2001, conclui-se que a política social na contemporaneidade é norteadada, principalmente, pelos seguintes pontos: i) centralidade do “combate a pobreza”, sendo esta entendida, primeiramente, como privação de capacidades, que ocasiona a carência de rendimentos; ii) focalização das ações num público-alvo – indivíduos vivendo em privação de capacidades; iii) dualidade no planejamento e execução das políticas sociais.

As políticas sociais, portanto, devem ter seu orçamento reduzido e ser desenvolvidas nas áreas de educação e saúde, abarcando o planejamento familiar, a concessão de crédito, o treinamento e a orientação para o emprego e, em casos

contribuem para a expansão da liberdade humana em geral” (SEN, 2000, p. 53-54). As liberdades instrumentais são responsáveis pelo aumento das capacidades dos indivíduos e, associadas, contribuem para o aumento da liberdade humana, sendo cinco suas modalidades principais: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora (SEN, 2000, p. 25).

¹⁶ As *capacidades* humanas são entendidas a partir de três elementos: “1) sua relevância *direta* para o bem-estar e a liberdade das pessoas; 2) seu papel *indireto*, influenciando a mudança *social*, e 3) seu papel *indireto*, influenciando a produção *econômica*” (SEN, 2000, p. 335).

¹⁷ Bens públicos referem-se, principalmente, aos serviços básicos de saúde e de educação (SEN, 2000).

extremos, provendo a segurança protetora contra a miséria, a fome e a morte. Tudo isso culmina, em nosso entender, na privatização e na assistencialização dos benefícios e serviços sociais, além de infligir uma “[...] estratégia dual para alívio da pobreza [...]”, combinando “[...] focalização nos pobres e empréstimos para promoção de bem-estar com uma ênfase na importância do crescimento e reforço dos mecanismos de mercado” (MAURIEL, 2008, p. 215). Estamos, pois, na contemporaneidade, diante de uma verdadeira guinada: a abordagem dos recursos – capital social, capital humano, capacidades – é a base dos direcionamentos que o Banco Mundial transmite/impõe aos governos nacionais, ao mesmo tempo em que figura como orientação ideopolítica predominante no pensamento coletivo. Isso porque a “internacionalização do combate à pobreza” figura, de forma hegemônica¹⁸, como a “única estratégia possível” para a promoção do *bem-estar*, de obtenção do *desenvolvimento*, de concretização da *justiça social* e de gozo da *liberdade*. Assim,

Consideramos as ações direcionadas à pobreza como *estratégia* visto estarem inseridas num contexto, de tensões e disputa entre capital e trabalho, próprio ao delineamento da política social. Isto é, essas ações conformam, em suma, uma *estratégia* para *enfrentar* a “questão social” através de políticas sociais focalizadas nos mais pobres e da concepção individualizante de promoção da proteção social, possibilitadas, pela baixa capacidade da classe trabalhadora de impor seus interesses devido à ofensiva do capital a partir dos anos 1980. Almejamos com essa expressão anunciar uma compreensão distintamente crítica as noções de “alívio à pobreza”, “combate à pobreza”, “erradicação da pobreza”, “redução das desigualdades”; e situar como equivocada a analogia entre as estratégias de enfrentamento da pobreza e a as políticas sociais. (MASCARENHAS, 2012, p.5).

E, uma vez que essa *estratégia de enfrentamento da pobreza* tornou-se *hegemônica*, indagamos sobre a relação entre essa e a manutenção das relações sociais capitalistas? Para adensar reflexões que possam elucidar essa relação iremos abordar, a seguir, o conceito de *barbárie*, enquanto um processo da sociabilidade do capital.

3 O CONCEITO DE *BARBÁRIE*: reflexões marxista necessárias ao entendimento das relações sociais no capitalismo

É elucidativa a contribuição de Marildo Menegat¹⁹ acerca do conceito de *barbárie*. Isso porque, ao trilharmos as particularidades do capitalismo, o que nos

¹⁸ Hegemonia, um conceito gramsciano remete ao processo em que as classes lutam pelo consenso em relação a suas propostas de direção intelectual e moral para a organização da vida social. Isto é, a hegemonia trata-se do consenso e domínio do conjunto de ideias, pertencente a uma ou outra classe social (COUTINHO, 1994).

¹⁹ Cf. Menegat (2000; 2001; 2004; 2005; 2007; 2011).

possibilitou compreender a emergência da “internacionalização do combate à pobreza”, acabamos por identificar a atualidade desse conceito. Nesse sentido, a *barbárie* nos possibilita vincular de forma explícita o “combate à pobreza” ao processo de “sobrevida do capital”, pois

[...] as contradições da sociedade burguesa não se resumem a uma esfera conservadora versus outra empenhada teologicamente na emancipação humana. O ‘direito ao trabalho’ foi antes negado pelo processo de produção que há algum tempo nega catastroficamente as condições elementares de existência de milhões de seres humanos descartados pelo limite a que o desenvolvimento desta forma social chegou (MENEGAT, 2011, p. 26).

Menegat parte da identificação de diferentes nuances²⁰ que demarcam, em suma, que, “[...] para Marx o conceito de *barbárie* refere-se, principalmente, à incompatibilidade entre relações de produção e desenvolvimento das forças produtivas. Está inscrito, então, em sua concepção de desenvolvimento da história” (MENEGAT, 2004, p. 2).

Entretanto, o conceito possui particularidades históricas no modo de produção capitalista, não correspondendo, nele, a uma “anomia”, no sentido durkheimiano do termo,²¹ mas, ao contrário, expressa as próprias leis de seu desenvolvimento. Isso porque, a cada crise, há a destruição de parte das forças produtivas, com o objetivo de garantir a perpetuação das relações sociais burguesas. Menegat considera que vivenciamos, hoje, um estado de *crise sem fim*, num verdadeiro esgotamento do processo civilizatório²² creditado ao capitalismo, em que a *barbárie* diz respeito ao excesso de civilização.²³

²⁰ Menegat (2004) identifica, na obra de Marx, três momentos de tematização da *barbárie*: 1) *A ideologia alemã*: ela é vista como um processo central de “destruição das forças produtivas acumuladas” no bojo de relações de produção que se esgotaram no período “bárbaro” da Idade Média; 2) *O capital*: ela é relacionada ao “não amadurecimento pleno” do capitalismo, em que há, não destruição, mas, sim, desenvolvimento insuficiente das forças produtivas, no período de transição do feudalismo para o capitalismo, em contraposição às relações sociais já tipicamente burguesas; 3) no *Manifesto comunista*: em que a *barbárie* está relacionada à crise orgânica do capital e refere-se, principalmente, ao esgotamento do potencial socializador do capitalismo.

²¹ O conceito de anomia (DURKHEIM, 2007) refere-se à momentânea desordem na sociedade, devido a transformações que afetam/impedem a manutenção de regras e valores coletivos “antigos”, sem o surgimento de novas regras e valores, necessários ao “equilíbrio” e à “harmonia” da estrutura moral e social.

²² A promessa civilizatória liberaria os indivíduos das privações materiais via desenvolvimento das forças produtivas, o que não se cumpriu ao logo da história, pois o incremento das forças produtivas tornou-se uma ameaça à reprodução das relações sociais burguesas (MENEGAT, 2001).

²³ “Nas crises declara-se uma epidemia social que teria parecido um contra-senso a todas as épocas anteriores – a epidemia de sobreprodução. A sociedade vê-se de repente retransportada a um estado de momentânea barbárie...E por quê? Porque a sociedade possui civilização em excesso” (MARX, apud Menegat, 2004, p. 03).

Além disso, Menegat (2004, p. 06) destaca que a *barbárie*, na contemporaneidade, está imbricada ao processo de sociabilidade,²⁴ cujo “[...] horizonte [...] é a valorização do capital, e tudo o que a compõe [...]”, ocasionando uma consciência em “forma morta-viva”, e, por isso

[...] discute-se o fetichismo, tratando-o agora como tema obrigatório a um estudo sobre a barbárie, tanto por ser a forma objetiva dominante da realidade das sociedades burguesas maduras como por ser um elemento constitutivo de uma espécie de subjetividades adequada à regressão passiva desta forma social (MENEGAT, 2011, p. 1-2).

O conceito de *barbárie*, segundo Menegat (2004), além de expor a fetichização das relações sociais, coloca o fetiche²⁵ no centro da naturalização da *barbárie*, pois

[...] a imobilização do sujeito criada pela própria lógica de valorização do capital [...] realiza-se como uma face crescentemente bárbara, o impele a uma aceitação passiva, criando com isto um círculo vicioso, do qual não saímos, apenas entramos em níveis mais aprofundados de destruição. (MENEGAT, 2004, p. 4).

Considerados esses dois elementos (o fetiche e a incompatibilidade entre as relações sociais e as forças produtivas), Menegat (2011) conclui que *a barbárie é a dissolução passiva*²⁶ *dessa forma social fetichizada*:

Se o trabalho é a chave para a compreensão da totalidade de uma sociedade em que as formas materiais de produção determinam todas as outras esferas da vida social, a impossibilidade de se continuar expandindo esta atividade produtiva revela um sentido de crise que não é passageiro. É o fim de uma forma social que não tem mais por onde se desenvolver, na medida em que seu princípio dinâmico chegou ao esgotamento, e tampouco é tensionada para, da sua autodestruição, criar outra nova – em síntese, um processo prolongado de impasses que levam a sua dissolução passiva. (MENEGAT, 2011, p. 25).

²⁴ Menegat (2004, p. 06) afirma que “A sociabilidade articulada em torno da valorização do capital exclui milhões de indivíduos de sua lógica social (principalmente na sua forma atual, iniciada a partir da terceira revolução tecno-científica [sic]), assim como articula-se com inúmeras outras formas de opressão e preconceitos desvalorativos [sic] de grupos sociais, etnias, gêneros etc. [...] A sociabilidade [...] é a primeira a criar meios de produção através de máquinas, a concentrar a vida social em cidades, a afastar em definitivo os laços do ser humano com a natureza, de tal forma que esta lhe parece hostil e distante”.

²⁵ O fetiche, categoria teórica marxista, refere-se a sociabilidade mediada pela mercadoria, em que as relações sociais assumem a forma de relações entre coisas, ao invés de relações entre sujeitos (MARX, 2004).

²⁶ Tal conclusão parte de uma tese de Marx, que identificou, já no século XIX, a incompatibilidade entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais como fundamento de uma espécie de “cataclisma” por excesso de produtos, e não por fenômenos da natureza. Marx apontou duas soluções à crise: i) a destruição de parte das forças produtivas, de forma cíclica e destrutiva, chamada um “momentâneo retrocesso à barbárie”; ii) a “revolução” – socialista – responsável pela “solução civilizatória” (MENEGAT, 2005).

Entretanto, Menegat (2007, p. 42) alerta que, embora haja uma cotidiana naturalização da *barbárie*, “[...] a crise da sociedade burguesa revela-se também pela sua potencialidade de dar origem a uma outra forma de emancipação social muito superior a esta [...]”, sendo necessária a constituição de um sujeito histórico capaz de engendrar, liderar e direcionar essa nova sociabilidade revolucionada,²⁷ que elimine o valor enquanto forma social e histórica que fundamenta a vida em sociedade. Também nessa linha, Netto (2010, p. 23) alerta que

[...] a humanidade [...] não está irremissivelmente condenada a sucumbir à barbárie. Ela *pode* superar a barbárie – e dispõe de uma única via neste sentido: a superação das formas de sociabilidade fundadas no modo de produção capitalista, a ultrapassagem das organizações societárias assentadas na propriedade privada dos meios fundamentais de produção e na decisão privada da alocação do excedente econômico. [...] repõe-se agora como atual [...] a opção expressa na antiga fórmula – socialismo ou barbárie. (NETTO, 2010, p. 23).

Diante dessa construção teórica marxista, indagamos: qual a relação entre o “combate a pobreza” e a *sobrevida* do capitalismo? Sem a pretensão de encerrar o debate, mas, sim, com o objetivo de dar partida a ele, tecemos algumas considerações a seguir.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo a pobreza uma expressão da “questão social”, não se trata de um fenômeno novo, nem, tampouco, novo é seu enfrentamento (MAURIEL, 2008; SOTO, 2003; SILVA, 2010). Entretanto é necessário situar a radicalização da pobreza, nos marcos da dominação do capital, e a sua globalização, após a crise do capitalismo, iniciada na década de 1970 (CHOSSUDOVSKY, 1999; GOLDSTEIN, 2008). Contexto em que um conjunto de estratégias (BRAGA, 2001) irá promover a *sobrevida do capital* em tempos de *barbárie* (MENEGAT, 2003, p. 219):

A barbárie não é inevitável, mas é consequência lógico-histórica do livre desenvolvimento do capital; e tampouco a sua constituição tona-se clara e evidente para seus contemporâneos. Ela não está imediatamente dada a um campo de escolha racional, uma vez que é absorvida pelas formas miméticas da consciência reificada, e, por isso mesmo, ela tende, antes de passar por qualquer mediação, a ser naturalizada. (MENEGAT, 2011, p. 219).

²⁷ Acerca da crítica à sociabilidade atual, Menegat (2007, p. 45-46) observa: “O socialismo, portanto, não pode ser entendido como o modo de vida burguês melhor [sic] distribuído [...]. O socialismo ou será a supressão da sociedade produtora de mercadorias e dominada por fetiches, ou será mera continuidade do mesmo”.

Assim, a naturalização da *barbárie* vem sendo executada pela oligarquia capitalista, principalmente a financeira, à frente da administração das organizações multilaterais. Tais instituições, juntamente com as oligarquias nacionais, dilaceram vidas humanas, via manipulação dos Estados nacionais (consolidando políticas sociais minimalistas), extermínio (encarceramento, assassinatos, mutilações) e despolitização da classe trabalhadora (difusão midiática da cultura do consumo, crença na educação como meio de mobilidade social, defesa do empreendedorismo, criminalização da pobreza), etc.

Dentre essas *estratégias de sobrevivência*, emerge a “[...] internacionalização do combate à pobreza [...]” (MAURIEL, 2008), que norteia os governos nacionais, tornando-os portadores de uma retórica demagógica, ou seja, expressam, no discurso, a preocupação com a extrema pobreza enquanto, na prática, agem em detrimento da seguridade social universalizada.

Apontamos, portanto, que a atual *estratégia hegemônica de enfrentamento da pobreza* tanto expressa quanto ratifica a não compreensão das ações dos homens e das relações que estabelecem entre si. Pois difunde mundialmente um conjunto de conhecimentos científicos que promovem a mitificação das relações dos homens em sociedade e com a natureza, fortalecendo o processo de “encantamento” em que estão submergidas essas duas mediações centrais. Isso impossibilita ao sujeito perceber a objetividade da realidade social que habita e constrói, como expõe Menegat (2003, p. 32):

A impossibilidade do sujeito penetrar [sic] reflexivamente esta objetividade se volta contra ele na forma de uma “encantamento” [...] numa dupla manifestação. Esta torna patente o modo pelo qual são hipostasiadas duas mediações essenciais da vida social. A primeira, [sic] é a relação com a natureza, marcada, na sociedade burguesa, pelo aparato técnico-científico [sic] [...] Ela é mitologizada a partir da intenção exclusiva de domínio e dos instrumentos destacados para esse fim. A segunda é a associação dos indivíduos, a qual é recortada em suas margens pela transposição e manutenção deste princípio de domínio, expresso na forma da primeira mediação, como lógica imanente de “lei natural” da sua constituição. Nesse sentido, a associação humana permanece coesionada pelo encantamento [...]. No entanto essas mediações não se encontram numa relação de causa e efeito, mas de reforço mútuo. ((MENEGAT, 2011, p. 32).

Consideramos, portanto, que a conjugação de conhecimentos e metodologias para “erradicar” a pobreza, no âmbito do modo de produção capitalista, tornou-se uma elucubração que expressa a própria fetichização das relações sociais vigentes, em que a valorização do capital, engrenagem central para explicar a pobreza, desaparece da

análise, ou seja, “[...] a dessubstancialização do ser humano torna-o uma caricatura das suas forças essenciais [...]. O ser humano não se reconhece em si mesmo além da esfera cada vez mais restrita da sua reprodução” (MENEGAT, 2004, p. 04).

Isso porque, consideramos que o *desenvolvimento como liberdade* (SEN, 2000) identifica a *liberdade* enquanto instrumento central para adquirir capacidades, imprescindíveis para que o sujeito supere sua condição de pobreza. Com isso, ocorre uma fetichização das análises da gênese da pobreza, reduzida à falta de capacidades individuais, cujas intervenções, que devem ser focalizadas e direcionadas à promoção de tais “capacidades”, assumem o centro do “combate a pobreza”.

Isso é, a *estratégia* hoje *hegemônica* de *enfrentamento da pobreza* é produto da subjetividade própria do capitalismo, e, ao mesmo tempo, contribui para incrementar as camadas de poeira que encobrem a visão das massas infindáveis de seres humanos que nem sequer conseguem empregar sua força de trabalho na reprodução do capital. Se “[...] a consciência do fim do caráter civilizatório do capitalismo ocupa uma função pedagógica, a de colocar a necessidade histórica da revolução como caminho para a superação [...]” (MENEGAT, 2004, p. 05) desse modo de produção, a compreensão do *desenvolvimento como liberdade*, forjado como base estrutural da *estratégia hegemônica de enfrentamento da pobreza*, exerce uma pedagogia *perversa*.²⁸ Ela contribui, assim, para manter a percepção da realidade restrita a sua aparência, dificultando aos sujeitos desvelar por completo a totalidade e as mediações que compõem os mecanismos de sua reprodução.

Diante o exposto, a tese central de Sen (2000), segundo a qual o desenvolvimento é fruto direto da expansão da *liberdade*, está no cerne daquilo que Menegat (2007, p. 31) identifica como “A ideologia liberal do individualismo abstrato, que diz ser possível por meio do esforço individual se subtrair a estas condições e prosperar”.²⁹ Isto é,

[...] a coisificação das relações humanas na sociedade burguesa cria um critério próprio e bastante singular de liberdade com relação às contingências, no [sic] qual o ser humano é compreendido individualmente e por meio das coisas, sendo sua liberdade medida ou pelo exercício de poder através das coisas ou, de outro modo, pela total independência em relação a estas, o que leva a afastar-se da associação dos indivíduos (MENEGAT, 2001, p. 123).

²⁸ “O adjetivo *perversus*, do latim, tem como sentido primário algo ‘invertido’; cf. *Dicionário Latim-português*. Porto: Porto Editora” (MENEGAT, 2011, p. 05).

²⁹ Menegat (2007) explica que o capitalismo alcançou o ápice de seu desenvolvimento após a crise de 1970, sendo característico desta fase o domínio do capital sobre todas as esferas da vida, acarretando condições ampliadas de miséria, violência e catástrofes.

Esse conceito restrito de *liberdade* – elemento central para o desenvolvimento – reúne uma complexa argumentação técnico-científica fincada na valorização do capital, enquanto limite para o seu exercício. A tese de Sen (2000), embasada no pensamento liberal,³⁰ constitui-se no bojo da subjetividade do capital, em que o conhecimento, reduzido a sua aplicação prática, condicionada pela razão instrumental, é servil às necessidades do capitalismo em tempo de *barbárie* (MENEGAT, 2003).

Isso porque, entendemos que a *liberdade* é capacidade humana, objetivada através do desenvolvimento progressivo da práxis, em que se está livre *de algo e para algo* e, assim, através de um agir consciente, mediado pelo trabalho, o sujeito se modifica (MARX, 1971). Portanto, considerar a *liberdade* como “ausência de necessidades” é restringi-la a sua utilidade instrumental, ou seja:

[...] ao submeter a liberdade diante das contingências, como possibilidade individual que pode ser atingida através da personificação do poder das coisas, [...], ou, na percepção do senso comum, do destino, se está, de fato, destruindo a possibilidades desta liberdade, pois esta, nas mais diversas e elaboradas tradições do pensamento ocidental, sempre implicou a possibilidade do agir consciente sobre as coisas, e este está interligado ao agir coletivo (MENEGAT, 2001, p. 23).

A *liberdade* prometida através do alcance das capacidades, portanto, “[...] esconde um paradoxo: a possibilidade de regressão a estágios de barbárie” (MENEGAT, 2000, p. 126). Isso porque, ao permear o pensamento coletivo e ao reduzi-lo ao limite de aceitar as relações sociais capitalistas, a *liberdade* anunciada direciona a humanidade a naturalizar a *barbárie*, pois defende que o individualismo é responsável pelo seu bem-estar.

Assim sendo, a “internacionalização do combate à pobreza”, ao mesmo tempo em que expressa, também ratifica o processo de fetichização das relações sociais capitalistas. Isso porque, consideramos que a *estratégia hegemônica de enfrentamento da pobreza* conforma um “combate moral” a essa condição social, primeiramente por *mitigá-la*, mediante ações focalizadas nos mais pobres – os “incapazes” de gestar seu bem-estar via mercado, condição necessária para serem “incluídos” no rol dos necessitados, sendo, assim, beneficiários da intervenção pública. Outro motivo é a defesa implícita das relações sociais capitalistas, na medida em que o indivíduo pobre é tido como responsável pela condição em que se encontra, via exaltação da *liberdade* tal

³⁰ A *liberdade* é alcançada através das relações no mercado e compreendida como liberdade econômica e política, sendo a segunda dependente da primeira (FRIEDMAN, 1985).

como entendida pelo neoliberalismo. Tal fundamentação influencia o pensamento, o comportamento e as posturas individuais e coletivas, promovendo tanto a regulação da força de trabalho quanto a contenção política dos trabalhadores, assim fortalecendo os obstáculos às insurgências sociais, “improdutivas” e “ameaçadoras” à sociedade em estaque processo de *barbárie*, na medida em que

[...] o combate à pobreza, no contexto atual, ganha um tom individualizado, centralizado nas características e comportamentos dos pobres e, as políticas sociais, sob esse prisma, são concebidas como instrumentos para ajudar na construção de “habilitações” que tornarão esses indivíduos “inseríveis” no padrão de sociabilidade contemporânea (uma sociedade de troca, de mercado, com dimensões globalizantes) (MAURIEL, 2008, p. 329).

O que se pretende afirmar é que o *desenvolvimento como liberdade* (SEN, 2000), base da estrutura teórico-metodológica da *estratégia hegemônica de enfrentamento da pobreza*, juntamente com a teoria do capital humano e a teoria do capital social, corrobora o entendimento da pobreza como consequência direta da falta de *liberdade*.

A pobreza, portanto, entendida como consequência da falta de recursos necessários à participação em sociedade, corroborada no “pressuposto da falta” (SARTI, 2005), contribui para uma “pacificação”, isto é, para docilizar³¹ as classes dominadas frente às relações sociais vigentes, uma vez que busca concretizar a *liberdade* nos limites do capitalismo. Desse modo, a “internacionalização do combate à pobreza” figura como instrumento para gerir a continuidade do velho – a não transformação – e do empobrecimento da maioria, dificultando o entendimento acerca da objetividade das relações que o homem estabelece com o outro e com a natureza, logo promovendo a naturalização e, conseqüentemente, a gestão da *barbárie*.

Assim, a hegemonia da “internacionalização do combate a pobreza” diz respeito a garantia da erradicação da pobreza na sociedade capitalista, o que não é exequível, sendo a produção de pobreza consequência direta da *lei geral de acumulação capitalista* (MARX, 1989). Logo, é urgente gestar a superação dos desígnios do capital e promover “[...] em lugar da antiga sociedade burguesa [...] uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos [...] a ideia de uma revolução comunista! Os proletários nada têm a perder nela a não ser suas cadeias. Têm um mundo a ganhar” (ENGELS; MARX, 2008).

³¹ Optamos por esse vocábulo, por expressar o processo complexo em que os pobres são alvo de ações, sejam “pedagógicas” ou repressivas, que visam controlá-los e impedir que ameacem a ordem do capital.

Referências

BRAGA, R. **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea. 2 ed. São Paulo: Xamã, 2001.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

COLEMAN, J. Social Capital in the Creation of Human Capital. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. (Org.). **Social Capital**: a Multifaceted Perspective. Washington, D.C., The World Bank, 2000.

CHESNAIS, F.. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza**. São Paulo: Moderna, 1999.

DURKHEIM, E. **O suicídio**: estudo sociológico. 8. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2007.

ENGELS, F.; MARX, K. H. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FRIEDMAN, M. Relação entre liberdade econômica e liberdade política. In: **Capitalismo e liberdade**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

GOLDSTEIN, F. **Low-wage capitalism**: colossus with feet of clay. New York: World View Forum, 2008.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

IAMAMOTO, M. V. A “questão social” no capitalismo. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 2, n. 3, 2001.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. 3 ed. São Paulo: Global Editora, 1985.

MANDEL, E. **A Crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARANHÃO, C. H. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MAURIEL, A. P. **Combate à pobreza e desenvolvimento humano**: impasses teóricos na construção da política social na atualidade. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

_____. Relações internacionais, política social e combate a pobreza. **Em pauta**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 23, jul. 2009.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, vol. II. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Os manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MASCARENHAS, R. M. ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA NO ESPÍRITO SANTO: elementos iniciais para a construção da crítica à concepção hegemônica de “erradicação da pobreza”. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 7., 2012. **Anais...** Vitória: PPGPS Ufes, 2012. 1 CD-ROM.

MENEGAT, M. A atualidade da barbárie. **Discursos sediciosos**, Rio de Janeiro, v. 13, 2004.

_____. A crise da modernidade e a barbárie. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2000.

_____. A face e a máscara: a barbárie da civilização burguesa. **Pegada**, São Paulo, v. 8, n. 2, dez. 2007.

_____. Civilização em excesso. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 28, n. 90, 2001.

_____. **Depois do fim do mundo**: a crise da modernidade e a barbárie. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 2003.

_____. Esperando a tempestade. **Sem Terra**, ano XIII, n. 33, nov./dez. 2005.

_____. O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto. **Épos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan.-jun, 2011.

NETTO, J. P. **Uma face contemporânea da barbárie**. 2010. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2117:uma-face-contemporanea-da-barbarie&catid=102:civilizacao-ou-barbarie>. Acesso em: 12 dez. 2010.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, jan./jun. 2001.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, M. O. da S. e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, jul./dez. 2010.

SOTO, S. F. El concepto de pobreza en la teoría marxista. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano 24, n.73, mar. 2003.

UGÁ, V. D. **A questão social como “pobreza”**: crítica à conceituação neoliberal. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Humanas)-Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.